

ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL (E-TEC BRASIL): O CURRÍCULO DE REFERÊNCIA E AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

Neidimar Lopes Matias de Paula

Cassandra Ribeiro Joye

Introdução

No Brasil, o termo Educação Profissional origina-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem como finalidade criar cursos que favoreçam o acesso de estudantes e profissionais de modo geral ao mundo do trabalho. De acordo com o Art. 39 da referida lei, a “Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Com base no que afirma a lei, vários programas e políticas públicas têm sido implantados, visando ao suprimento das demandas existentes no mercado profissional brasileiro.

Ao mesmo tempo, estudos relacionados às atuais transformações políticas ou socioeconômicas alertam para as mudanças assentadas em novas bases tecnológicas e que exigem formação capaz de responder aos desafios do mundo moderno. As políticas públicas, por meio de reformas educacionais, buscam responder às questões e exigências do processo de globalização e, sobretudo, atender às necessidades do setor produtivo.

A preocupação com a qualidade da educação que vem sendo discutida para qualificar o trabalhador brasileiro, tem permeado o campo da pesquisa em educação, no intuito de encontrar possibilidades reais para a tão necessária transformação social.

Nesse sentido, este artigo está centrado numa investigação qualitativa sobre a estrutura curricular da Educação Profissional, de modo particular dos cursos do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, ofertados na modalidade semipresencial. Apresenta uma breve descrição teórica sobre currículo, firmada nas concepções de autores como Moreira & Silva (2011), Goodson (2011), entre outros. Contém também uma explanação sobre a Educação Profissional no Brasil e a construção de um Currículo baseado em competências, em que se traça um pouco da história dessa modalidade, apontando o arcabouço legal que a ampara, ao mesmo tempo em que são apresentadas algumas reflexões acerca do conceito de competência sob a ótica de autores contemporâneos como Perrenoud (1999), Melo & Turmena (2011), procurando confrontar essas reflexões com o que tratam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

No terceiro tópico, uma abordagem sobre o e-Tec Brasil e a construção de um Currículo de Referência, em que é apresentada a síntese do processo de elaboração desse currículo. Por fim, aponta a perspectiva de um diálogo com a realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – campus Fortaleza, no que se refere à estrutura curricular dos cursos de Nível Técnico e a devida aplicação dos princípios filosóficos adotados na sua construção.

Currículo: uma breve abordagem

Pode-se dizer que os estudos normatizados e organizados sobre currículo tiveram origem e se desenvolveram nos Estados Unidos, bem como na Inglaterra, que inseriu pela primeira vez esse campo no centro da Sociologia da Educação.

Segundo Moreira & Silva (2011), o currículo, antes mesmo de se tornar um objeto de estudo numa área do conhecimento pedagógico, sempre foi tema de grande interesse dos estudiosos que tentavam compreender e organizar o processo de educação escolar. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, muitos educadores norte-americanos começaram a estudar de forma mais sistemática as questões que envolvem o currículo, iniciando-se assim, em pouco tempo, um novo campo de pesquisa na área pedagógica.

Mas, se a preocupação e o interesse pela racionalização e o controle da escola e do currículo sempre estiveram presentes nos estudos dos especialistas, percebe-se, então, que o propósito maior dessa questão é exatamente dar um caráter científico ao planejamento das atividades pedagógicas, de modo que se possa manter o pensamento e o comportamento do aluno atrelado às intenções do currículo. Dessa forma, acentuou-se nas duas últimas décadas, entre os pesquisadores da educação, um interesse cada vez maior pelas temáticas curriculares. Albuquerque (2005), Arroyo (2011), Silva (2011), Goodson (2011), Santos *et al* (2012) são alguns exemplos desses muitos pesquisadores.

Adentrar por esse caminho exige, antes de tudo, apropriar-se tanto do conceito inicial como da compreensão da história do currículo. Ambos se associam à origem do termo, na palavra “- currere” (do latim) – cujo significado é caminho, carreira. Partindo dessa etimologia, muitas interpretações têm sido dadas por diferentes autores.

Goodson (2011, p. 117) compreende que o currículo é “o curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente, constituído por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis”, além de todas as “nor-

mas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado”.

Assim como o teórico citado, muitos outros pensadores conceberam o sentido de currículo como um percurso a ser feito pelo aluno em sua trajetória escolar, cuja conotação de caminho associa-se à ideia de conjunto de conteúdos organizados e sequenciados que devem ser ensinados. Esses conteúdos, necessariamente, devem ser pensados a partir das demandas e da realidade social dos alunos, de forma a possibilitar-lhes não somente conhecimento, mas também a construção de suas identidades.

Nesse sentido, Moreira & Silva (2011), defendem que a construção do currículo deve contemplar as respostas para algumas indagações referentes tanto ao conhecimento como ao tipo de homem que se pretende formar para determinada sociedade. E conforme a explicitação dessas respostas podem-se classificar esses currículos nas seguintes teorias: tradicionais, críticas e pós-críticas.

Não há intenção de discutir aqui o teor de cada teoria, entretanto, para um breve esclarecimento, convém destacar algumas considerações dos referidos teóricos na descrição das mesmas.

As teorias tradicionais são aquelas que abordam a organização do currículo, “apresentando-se como neutras, científicas, desinteressadas” (MOREIRA & SILVA, 2011). Um dos precursores dessa corrente é Bobbit que, segundo Silva (2000), propôs que a escola deveria funcionar como as empresas comerciais e industriais. Seu modelo, baseado na administração Taylor, visava essencialmente moldar as crianças e os jovens da classe trabalhadora para o trabalho fabril.

As teorias críticas, desenvolvidas na década de 1970, surgem em reação às tradicionais e, portanto, tentam entender a

“quem pertence o conhecimento considerado válido de ser incluído nos currículos” (MOREIRA & SILVA, 2011, p. 8), quem pode se beneficiar ou não, pois defendem que toda e qualquer teoria tem implicações nas “relações de poder”. Autores como Freire, Saviani, Libâneo, Apple e Passeron, trabalham com essa teoria.

A partir de 1990, “as teorias pós-críticas começam a desafiar a hegemonia das teorias críticas, trazendo novas influências, novos problemas e novas temáticas para as discussões sobre currículo”. Ocorre aí uma transformação nos textos e as expressões mais usadas nas teorias críticas “– poder, ideologia, hegemonia, reprodução, resistência e classe social – começam a ser substituídos por outras: cultura, identidade, subjetividade, raça, gênero, sexualidade, discurso, linguagem”(MOREIRA & SILVA, 2011, p. 9). Nessa nova abordagem, a cultura passa a ser vista como o centro das discussões sobre o conhecimento escolar e a principal preocupação passa a ser como compreender as relações entre currículo, cultura e poder. Dentre outros teóricos, Tomaz Tadeu, Fávio Moreira, Vera Candau, Jurjo Santomé, Sacristán têm sido importantes defensores dessa teoria.

Na perspectiva das teorias pós-críticas serão direcionados os desdobramentos do presente artigo, uma vez que se considera o atual cenário social fortemente afetado pelos efeitos da globalização tanto no campo da economia como da política e da cultura mundiais. Assim, parece pertinente buscar a compreensão desses fatores, via análise do currículo voltado para a Educação Profissional no Brasil, levando em conta que essa modalidade de ensino tem-se constituído, nas duas últimas décadas, uma política pública brasileira de notáveis investimentos.

Educação profissional no Brasil e a construção de um Currículo baseado em competências

A Educação Profissional no Brasil existe há mais de um século e está amparada por um “arsenal legal” que tem seu marco principal na última LDB¹ mais precisamente nos artigos 39 a 42 que concebem “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, a ser “desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada,” na perspectiva do exercício pleno da cidadania.²

A partir da promulgação da referida lei, foram aprovados inúmeros pareceres e resoluções que visam aos ajustes necessários ao pleno desenvolvimento dessa modalidade de ensino na Educação Brasileira, alguns dos quais serão mencionados no decorrer deste texto. Antes, porém, convém uma breve análise na conjuntura social do trabalho como meio de produção que demanda, hoje, um modelo de educação voltado para a formação do trabalhador.

Nos últimos quatro séculos tornou-se evidente uma relação direta entre trabalho e capital. A conhecida história da abolição da escravidão ocorreu pela necessidade de trabalhadores disponíveis que vendessem seu tempo de trabalho aos detentores dos instrumentos e dos meios de produção. No decorrer dessa história, o trabalho tem sofrido inúmeras mudanças a partir de suas imbricações com o capital. E essas

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996

² Trecho retirado do PARECER CNE/CEB n. 16/99 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

mudanças saem do trabalho “autônomo e independente, para o assalariado, dependente e controlado pelo capital” (LIMA, ALCOFORADO e MARINELLI in: SANTOS *et al.*, 2012).

Nesse contexto, o trabalho, sobretudo o assalariado, assume, entre outras, uma característica de fragmentação e desqualificação profissional, o que demanda uma intrínseca relação entre escola e trabalho na perspectiva de articular ações que visam à qualificação das pessoas para o mundo produtivo.

A expansão dos meios de produção gerou a necessidade da universalização da escola como agente social de preparação para a inserção no mundo do trabalho. Os processos de modernização tecnológica e organizacional têm-se configurado de diversas formas nas sociedades que compõem o cenário do capitalismo mundial (LIMA, ALCOFORADO e MARINELLI in: SANTOS *et al.*, 2012).

Sob essa conjuntura, a educação profissional no Brasil, após a instituição da LDB 9394/96, foi regulamentada pelo Decreto Nº 2.208/97, de 17 de abril de 1997, que busca articular a escola com as demandas do mundo do trabalho, apresentando os seguintes objetivos: proporcionar a formação de profissionais em diferentes níveis; especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, a lei aponta para uma real integração entre a educação profissional tecnológica e o setor produtivo, atribuindo a essa modalidade o papel social de contribuir com a modernização e o desenvolvimento do país. Em consonância com esse pressuposto, o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC (2004, p. 47) estabelece que a organização da educação profissional e tecnológica

[...] exige flexibilidade e autonomia e que esteja vinculada ao projeto de desenvolvimento econômico e social assumido pelo governo, com vistas a atender à diversidade de situações da população brasileira e contribuir para a redução das desigualdades sociais; incorporar a discussão da subjetividade e do trabalho, a fim de que se valorizem os saberes construídos pelos trabalhadores e eles sejam considerados como sujeitos criativos do trabalho.

A partir dessa concepção e, repensando o modelo pedagógico da educação profissional, adota-se a pedagogia das competências³, ancorando-se nesta, o ideal de uma educação capaz de integrar ciência e cultura, tecnologia e humanismo, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Sob essas perspectivas são instituídas no Brasil, em 1999, as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, através do Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação n. 16/99, que entende o conceito de competência profissional como a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho (BRASIL, 1999).

Difundiou-se, portanto, a partir daí, a ideia da construção dos currículos escolares atrelados ao desenvolvimento de competências. Essas competências, segundo o que consta no Parecer 16/99 citado no parágrafo anterior, são os valores, conhecimentos e habilidades. Associando esses três aspectos aos pilares da educação, constantes no relatório de Jacques Delors: “Educação um Tesouro a Descobrir” o conhecimento

³ Teoria presente na seguinte obra: PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

seria o *aprender a conhecer*, ou seja, o saber propriamente dito, as habilidades, seriam o *aprender a fazer* e os valores corresponderiam ao *aprender a ser* e o *aprender a conviver* (DELORS, *et al.*, 2000).

Embora seja criticada por autores como Antunes (1995), Holanda, Freres e Gonçalves (2009), a pedagogia das competências passou a ocupar o centro das discussões da educação brasileira. Sobre essa realidade, Carvalho (2011) destaca que “a legislação educacional, especialmente as diretrizes curriculares nacionais”, apontam a ideia de competência como referência para a organização curricular, entretanto os educadores ainda estão na busca de uma compreensão do que significam realmente essas competências, por conseguinte, não sabem também como trabalhar um currículo nessa perspectiva.

Por outro lado, os defensores desse modelo educacional acreditam na possível adequação do método ao desenvolvimento integral dos educandos. Nessa direção, Melo & Turmena (2011), defendem que “conhecimento e competência são estreitamente complementares, devem se relacionar de forma harmoniosa para que o profissional portador de grande bagagem de conhecimento, também seja um profissional competente”. Para estes autores, é possível o profissional possuir conhecimento, sem que seja eficazmente competente, mas dificilmente, terá “competência sem conhecimento”.

Corroborando o pensamento de Perrenoud (1999), pode-se entender o processo de construção de competências a partir de experiências de aprendizagem que permitem associar teoria e prática, conteúdo e contexto, pois a “formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos com discernimento, em tempo real, ao serviço de uma ação eficaz”, não se separa da construção de competências. Em qualquer situação que envolve ações mais complexas, os “esquemas de mobilização

de diversos recursos cognitivos” são desenvolvidos e estabilizados por conta da ação prática. Há, pois a necessidade de um treinamento, experiências diversas para que sejam construídos os esquemas de aquisição do conhecimento.

Sob essa ótica, pode-se dizer que o desenvolvimento de competências na Educação Profissional, seja ela de nível técnico ou tecnológico, demanda a existência de um currículo que contemple essa associação entre teoria e prática, porém de modo crítico, reflexivo e contextualizado. Só assim, o seu foco principal se deslocará da dimensão econômica para a dimensão humano-social dos educandos.

Com o olhar voltado para o entorno dessa discussão, esse texto surge na pretensão de conhecer com mais profundidade a ideia subjacente aos currículos dos cursos técnicos da Rede Federal de Ensino, sobretudo os cursos do e-Tec Brasil, tomando como referência o curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE – Instituto Federal do Ceará. O presente estudo constitui parte da pesquisa exploratória da dissertação de Mestrado em Educação, de uma das autoras desse artigo, na Universidade Federal do Ceará.

e-Tec Brasil e a construção de um Currículo de Referência

O e-Tec Brasil é um sistema de Escola Técnica Aberta que funciona na modalidade de educação a distância. Foi instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), dando sequência ao Plano de Desenvolvimento da Educação, no âmbito da política de expansão à educação profissional. Criado por meio do DECRETO Nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007, revogado pelo DECRETO DE Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, visa ao

desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas, como também permitir a capacitação profissional inicial e continuada para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio. Busca, ainda, contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (CATAPAN, *et al.*, 2011).

Procurando corrigir as distorções existentes entre as matrizes curriculares dos cursos nos vários pontos do país, foi criado um documento intitulado: *Currículo referência para o Sistema e-Tec Brasil*: uma construção coletiva. Este documento foi elaborado a partir da colaboração de vários professores pesquisadores e partiu de uma pesquisa-ação que teve como princípio a análise, a apropriação e a construção coletiva de uma proposta curricular de referência para todos os cursos, elaborada pelos seus próprios agentes, ou seja, pelos coordenadores e professores do e-Tec Brasil. Não consta no entanto, a participação de alunos em sua elaboração.

Tal pesquisa foi solicitada pela SEED/MEC em julho de 2008, no intuito de averiguar a convergência das ementas ofertadas entre todos os cursos do Sistema e-Tec. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – na condição de responsável pela Validação de Materiais Didáticos para o Sistema e-Tec organizou o referido projeto de pesquisa.

Para tanto foi constituído um grupo de trabalho de análise de matrizes curriculares GTMC/UFSC. O referido grupo empenhou-se rigorosamente na análise do conteúdo cujo objeto de estudo foram todos os projetos de curso aprovados no Sistema e-Tec. Com os resultados dessa análise foi possível

elaborar um Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil, partindo-se da organização de uma Matriz Curricular de Referência para cada tipo de curso, por Eixo Tecnológico.

Convém ressaltar que ao sistema e-Tec Brasil compreendiam, até o ano de 2010, 44 Instituições (33 federais e 11 estaduais), totalizando 47 cursos técnicos e seis do PROEJA, agrupados em dez Eixos, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2008). Abrange atualmente uma média de 134 ofertas, para uma população de 29 mil estudantes, distribuídos em todas as regiões do Brasil.⁴

A partir do momento em que o Programa e-Tec Brasil expandiu-se por todo o país, começou-se a perceber várias dispersões nos projetos de curso que eram encaminhados à SEED/SETEC/MEC. Havia grande quantidade de cursos de uma mesma área com diferentes nomes em cada região do Brasil. Como ainda não havia sido organizado o Catálogo Nacional, que denominaria todos os cursos técnicos no país, isso gerou um sério problema, pois os mesmos cursos tinham nomes diferentes, dependendo da região e, conseqüentemente, surgiu um volume imenso de matrizes curriculares.

Diante de tal realidade foi instituído o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT – um instrumento cuja proposta é disciplinar a oferta de cursos técnicos no tocante à adoção da nomenclatura, à carga horária e ao perfil descritivo dos egressos de cada curso, possibilitando à instituição de ensino qualificar a oferta de seus cursos e, ao estudante, uma maior aceitação no mercado de trabalho (BRASIL, 2012).

⁴ Dados extraídos da versão final do documento Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva, publicada em setembro de 2010. A última versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de junho de 2012, já contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, portanto, há uma crescente alteração nesses números.

O CNCT foi criado com a finalidade de ser a referência na oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino federal, estadual/distrital e municipal do país. Foi instituído pelo PARECER CNE/CEB n. 11/2008. Entretanto, devido às dispersões e grande diversidade de nomes para cursos de mesma natureza, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) solicitou ao CNE a apreciação e aprovação de um novo parecer de atualização do citado catálogo e, em resposta a essa solicitação, saiu em junho de 2012 o último dispositivo legal, PARECER CNE/CEB Nº 04/2012, com a referida atualização.

Engendrados nesse arcabouço legal, os cursos do e-Tec Brasil têm na essência de seus currículos uma abordagem filosófica referenciada nas teorias de grandes pensadores da educação, dentre eles são citados Paulo Freire, Bourdieu, Sacristán. Enaltecendo essa abordagem, Iracy de Almeida⁵, afirma que a implementação e consolidação do Sistema e-Tec Brasil, à luz de seus objetivos, não é tarefa trivial, mas necessária para a construção de uma sociedade equânime e republicana, na qual a educação é entendida como fator de inclusão social, de cidadania e dignidade, de geração de conhecimento e promotora de desenvolvimento econômico-social.

Currículo referência e os cursos técnicos a distância no IFCE

No IFCE, a Educação a Distância tornou-se modalidade de ensino desde 2005. Através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), possibilitou-se a expansão e interiorização da oferta do ensi-

⁵ Escreveu o texto de apresentação do documento: Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva – versão final – Brasília, 2010.

no técnico e superior, procurando, sobretudo, garantir para esses cursos, a mesma organização curricular dos cursos presenciais, a fim de assegurar inclusive, a validade dos diplomas que, perante a legislação, não pode haver distinção.

Tal condição motivou a realização deste artigo, que visa articular o estudo realizado sobre o Currículo Referência do e-Tec Brasil à Educação Profissional de Nível Médio, ministrada por meio da Educação a Distância, no IFCE – *campus* Fortaleza, considerando, inclusive, as atuais concepções filosóficas sobre currículo. Para tanto, considera-se necessária uma descrição da situação organizacional dos cursos do e-Tec Brasil no IFCE, tomando-se como referência o curso Técnico em Segurança do Trabalho, ora em estudo.

O curso tem duração de dois anos, divididos em quatro semestres letivos, cuja carga horária total é de 1.320 horas, podendo ser acrescentadas mais 200h de estágio, caso o aluno assim o deseje. O estágio, se for do interesse do aluno, poderá ser realizado a partir do 3º semestre ou após a conclusão do curso. A organização curricular do curso tem como base as determinações legais contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, o Decreto 5.154/2004, bem como as diretrizes definidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFCE.

Dentre as diretrizes contidas no Projeto Pedagógico, destaca-se o perfil do egresso do curso Técnico em Segurança do Trabalho. Este, segundo o que consta no documento, deve apresentar uma visão sistêmica do seu papel em relação ao meio ambiente, à saúde e à segurança na sociedade. Deve ser capaz de aplicar seus conhecimentos de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução do setor e conhecendo a dinâmica organizacional para poder atuar em empresas

públicas e privadas. Além disso, deve mostrar, entre outras coisas: atitude ética, responsabilidade social, boa comunicação e espírito de equipe.⁶

Vale ressaltar que o destaque dado apenas ao perfil do egresso neste texto não ocorre em detrimento da importância dos demais elementos do Projeto Pedagógico, mas sim pela sua estreita relação com o que propõem a lei, as diretrizes curriculares para a Educação Profissional e os demais documentos analisados para a esta produção.

Considerações Finais

Este trabalho configura-se como parte de um levantamento legal e teórico sobre a estrutura curricular da Educação Profissional, de modo particular dos cursos do Sistema e-Tec Brasil, buscando uma aproximação entre o Currículo Referência do e-Tec e o currículo do Curso Técnico em Segurança no Trabalho do IFCE- campus Fortaleza.

O estudo mais aprofundado sobre o Currículo Referência para o Sistema e-TEC Brasil, bem como a base legal e teórica da Educação Profissional de nível técnico na modalidade a distância, em articulação com o conceito de currículo numa perspectiva contemporânea, compõem o corpo deste artigo. Não houve aqui a pretensão de fazer uma análise crítica da Educação Profissional no Brasil, mas sim, o desejo de promover ao leitor interessado neste assunto maior compreensão das interfaces dessa modalidade de educação, direcionando o olhar para a estrutura curricular é indicada para os cursos de nível técnico pelo e-Tec Brasil.

⁶ O perfil do egresso está definido, em sua totalidade, no Projeto Pedagógico Institucional do curso.

Observando o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança no Trabalho do IFCE- campus Fortaleza, muitas questões poderão vir à mente do leitor, sobretudo quando se vê o perfil traçado para os egressos. As possíveis respostas a estas questões, infelizmente, não poderiam ser explicitadas aqui, uma vez que carecem de um trabalho empírico que, certamente, será feito *a posteriori*.

Entretanto, acredita-se, enfim, que diante da real situação socioeconômica, política e cultural por que passa o Brasil, é preciso investir prioritariamente numa educação capaz de promover a dignidade humana. O trabalho é um dos instrumentos que contribuem para isso, porém, parece haver ainda grandes lacunas nessa educação que, entre tantas outras finalidades, também deve preparar para o mundo trabalho.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho (Org). **Currículos contemporâneos: formação, diversidade e identidade em transição**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. In: CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico – compreensiva, artigo a artigo**. 18. ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. SEED/SETEC/MEC. **Catálogo Nacional de Cursos técnicos**. Brasília – DF, 2012.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. In: **Educação Profissional e Tecnológica – Legislação Básica**. 6.ed. Brasília, DF, 2006.

_____. Parecer n. 16/99, de 21 de janeiro de 1999. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0563-0596_c.pdf. Acesso: 15 jan. 2013.

_____. MEC/PROEP/SEMTEC. **Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília – DF, 2004

_____. Decreto n. 6.301, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Sistema Escola Aberta do Brasil – e-Tec Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm. Acesso: 15 jan. 2013.

_____. Relatório do PARECER CNE/CEB Nº 11/2008 de 12 de junho de 2008 que aprova a instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pcebo11_08.pdf. Acesso: 15 jan. 2013.

_____. Decreto nº 7.589 de 26 de outubro de 2011. Que institui a rede e-Tec Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6301.htm. Acesso: 15 jan. 2013.

_____. Relatório do Parecer CNE/CEB Nº 03/2012 de 26 de jan. 2012. Trata da da aprovação da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Acesso: 16 jan. 2013.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org). **Culturas, saberes e práticas:** memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

CATAPAN, Araci Harc, KASSICK, Clovis Nicanor, OTERO, Walter Ruben Iriondo. **Currículo referência para o sistema e-Tec Brasil:** uma construção coletiva. Florianópolis: PCEADIS/CNPq / Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação:** um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

GOODSON, Ivo F. **Currículo:** teoria e história. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HOLANDA, Francisca Helena de; FRERES, Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. **A pedagogia das competências e a formação de professores:** breves considerações críticas. Revista Eletrônica Arma da Crítica, ano 1, n. 1, 2009.

LIMA, Marcos Antônio Martins, ALCOFORADO, Joaquim Luis Medeiros e MARINELLI, Marcos. Educação e trabalho: uma análise crítica da educação profissional no Brasil. in: SANTOS, Alice Nayara dos., TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira, MARINHO, Gabrielle Silva (Orgs). **Educação:** perspectivas e reflexões contemporâneas. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

MELLO, Cheila Dionisio de. & TURMENA, Leandro. **Bases teóricas e conceituais da pedagogia das competências**: estudo segundo Philippe Perrenoud. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. Disponível em: http://www.cederj.edu.br/extensao/images/stories/PDF/Trabalhe-Comosco_edital_072012_BIBLIOGRAFIA/. Acesso: 17 jan. 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, Alice Nayara dos., TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira, MARINHO, Gabrielle Silva (Orgs). **Educação: Perspectivas e Reflexões contemporâneas**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SILVA, T. **Teorias do currículo – uma introdução crítica**. Porto: Porto Editora, 2000.